



Estado de Rondônia  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

---

Ofício n.º 394/GP/14

Ouro Preto do Oeste - RO.  
Em, 30 de setembro de 2014.

À Sua Excelência o Senhor  
EDIS FARIAS AMARAL  
Presidente da Câmara Municipal  
Ouro Preto do Oeste – RO.

Senhor Presidente,

Temos a honra de submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, por intermédio de Vossa Excelência, o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre o Orçamento do Município de Ouro Preto do Oeste para o exercício financeiro de 2015.

Na oportunidade, apresentamos nossos protestos de estima e considerações.

Atenciosamente.

**JUAN ALEX TESTONI**  
**Prefeito – OPO/RO**



Estado de Rondônia  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

---

**MENSAGEM Nº 697/2014**

**Excelentíssimo Senhor Presidente**

**Ilustres Membros do Poder Legislativo Municipal:**

Através do presente estamos submetendo à apreciação dos Nobres Vereadores dessa Colenda Casa de Leis, o Projeto de Lei que dispõe sobre a proposta orçamentária do Município de Ouro Preto do Oeste, para o Exercício Financeiro de 2015, incluindo os orçamentos do Legislativo/ Executivo/IPSM.

O Orçamento Geral do Município para 2014 é de **R\$ 69.359.260,52 (sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos)**, distribuídos entre os Órgãos, conforme quadro abaixo e existindo perfeito equilíbrio entre a Receita Prevista e a Despesa Fixada.

I – PODER LEGISLATIVO	2.404.652,84
II – PODER EXECUTIVO	66.954.607,68
<b>TOTAL</b>	<b>69.359.260,52</b>

Este instrumento de planejamento, que mostra a origem e a aplicação dos recursos de cada uma das Unidades da Administração Municipal de Ouro Preto do Oeste para o exercício de 2015, foi elaborado com base no que dispõe a Lei Federal 4.320/1964, Lei Complementar 101/2000, Portarias editadas pelo Governo Federal através dos Ministérios competentes, em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

Para determinação do volume de recursos que cada uma das Unidades Gestoras da Administração Municipal irá dispor em 2015, levamos em consideração a evolução da receita nos últimos quatro exercícios, conforme determina a Instrução Normativa do TCE/RO e distribuímos conforme nossa Carta Magna e as Emendas Constitucionais.

As despesas foram fixadas levando em consideração as prioridades



Estado de Rondônia  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

---

estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o volume de recursos previstos para 2015, a evolução dos custos de manutenção de cada um dos órgãos e secretarias do Município, os compromissos financeiros com amortização e encargos da dívida.

O instrumento de Planejamento ora submetido à apreciação dos Nobres Pares dessa Casa de Leis, encontra embasamento legal no artigo 165 da Constituição Federal.

Esclarecemos que o Instrumento de Planejamento – LOA (Lei Orçamentária Anual) está sendo encaminhada conforme previsto na Lei Orgânica Municipal.

Pelo exposto, e cumprindo o que determina a Lei Orgânica Municipal, apresento a essa Câmara Municipal, o Projeto de Lei que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual.

Atenciosamente.

**JUAN ALEX TESTONI**  
**Prefeito – OPO/RO**



Estado de Rondônia  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

---

**PROJETO DE LEI N.º 1909 de 30 de setembro de 2014.**

***“Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Ouro Preto do Oeste para o exercício financeiro de 2015.”***

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**, usando da atribuição que lhe é conferida na Lei Orgânica do Município de Ouro Preto do Oeste,

**FAÇO SABER** que a **Câmara do Município de Ouro Preto do Oeste** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**Art. 1º** Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Ouro Preto do Oeste para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da Administração Municipal Direta e Indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público;

**TÍTULO II**

**DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**CAPÍTULO I**

**DA RECEITA TOTAL**

**Art. 2º** A Receita Orçamentária é estimada em **R\$ 69.359.260,52 (sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos)**,

**Art. 3º** As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições, transferências e de outras receitas previstas na legislação vigente estão discriminadas e estimadas nos anexos desta lei.



Estado de Rondônia  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

---

**CAPÍTULO II**  
**DA FIXAÇÃO DA DESPESA**  
**SEÇÃO I**  
**DA DESPESA TOTAL**

**Art. 4º** A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em **R\$ 69.359.260,52 (sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos)**,

I - no Orçamento Fiscal, em **R\$ 41.460.320,74, (quarenta e um milhões, quatrocentos e sessenta mil, trezentos e vinte reais e setenta e quatro centavos)**;

II - no Orçamento da Seguridade Social, em **R\$ 27.898.939,78 (vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos)**.

**SEÇÃO II**  
**DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO**

**Art. 5º** As despesas fixadas por órgão, categoria econômica e grupo de despesa estão discriminadas nos anexos desta lei.

**CAPÍTULO III**  
**DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS**

**Art. 6º** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) do total dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias consignadas aos grupos de despesas de cada categoria de programação, em conformidade com o previsto nos Incisos I, II e III do § 1º, do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

II - suplementar dotações orçamentárias financiadas à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito Internas e Externas, em conformidade com o previsto no Inciso IV, do § 1º, do art. 43, da Lei nº 4.320/64, até o limite dos respectivos contratos;



Estado de Rondônia  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

---

III – suplementar dotações orçamentárias de fontes de convênios e outras transferências de recursos vinculados, em conformidade com o previsto no Inciso II, do § 1º, e nos §§ 3º e 4º, do art. 43, da Lei nº 4.320/64, até o limite dos respectivos convênios, transferências e aditivos celebrados;

IV - abrir créditos adicionais suplementares, a fim de ajustar os orçamentos de unidades orçamentárias reestruturadas, em conformidade com o previsto no Inciso III, do § 1º do art. 43, da Lei nº 4.320/64, até o montante dos saldos das dotações orçamentárias das respectivas unidades orçamentárias;

V - abrir créditos à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observando o disposto no inciso III, do art. 5º, da Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

§ 1º Para efeito de observância do limite previsto no inciso I deste artigo, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado em balanço patrimonial.

§ 2º Não onera o limite previsto no inciso I deste artigo o montante originário de convênios e outras transferências voluntárias, operações de crédito, e os que decorram de remanejamento de créditos ou dotações, sem que promovam alterações no total geral do Orçamento.

§ 3º Os recursos da Reserva de Contingência poderão ser destinados para abertura de créditos caso não se concretize os riscos fiscais previstos na LDO 2015.

§ 4º Não onera o limite previsto no inciso I deste artigo o montante originário despesas com pessoal, encargos sociais e serviços da dívida e débitos constantes de precatórios judiciais;

#### ***CAPÍTULO IV***

#### ***DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO***

**Art. 7º** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de créditos por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria, inclusive os mencionados nos artigos 32 e 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 8º** Ao realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder garantias, mediante vinculações de parcelas de recursos oriundos da Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios, Cota Parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, preferencialmente, ou de outras fontes de recursos próprios do Tesouro Municipal.



Estado de Rondônia  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

---

**TÍTULO III**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**  
**CAPÍTULO ÚNICO**

**Art. 9º.** O Chefe do Poder Executivo fixará, por Decreto, o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por elemento de despesa das atividades, projetos e operações especiais, constantes dos anexos desta Lei.

**Art. 10.** O Prefeito Municipal, em até 30 dias após a publicação desta lei, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso das diversas unidades orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 8º da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 11.** Considerando os ajustes que se fizeram necessários em razão da Projeção de Receitas, seguem em anexo demonstrativos de compatibilidade entre a LOA e a LDO, conforme Anexo III, Anexo V e Anexo XII da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Ouro Preto do Oeste, 30 de setembro de 2014.

**JUAN ALEX TESTONI**  
**Prefeito – OPO/RO**